

# PANORAMA EUA

VOL. 17, Nº 4, ABRIL 2026

*Pivô para a China: as raízes ocultas da Grande Estratégia dos Estados Unidos*



OPEU  
OBSERVATÓRIO POLÍTICO  
DOS ESTADOS UNIDOS



INCT  
INEU  
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS  
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS  
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE  
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES  
ON THE UNITED STATES



## **PANORAMA EUA**

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS  
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2317-7977

VOL. 17, Nº 4, ABRIL 2026

### **CORPO EDITORIAL**

**DIRETOR: Sebastião Velasco e Cruz**

**EDITORA: Tatiana Teixeira**

[www.opecu.org.br](http://www.opecu.org.br)

## **Pivô para a China: as raízes ocultas da Grande Estratégia dos Estados Unidos**

*Por Mateus Rocha*<sup>1</sup>

A competição entre os Estados Unidos e a China é a rivalidade estrutural definidora do século XXI. Ela se manifesta, atualmente, na guerra tarifária global do governo Trump, que gerou custos econômicos relevantes para diversos países. Esses prejuízos, contudo, são modestos quando comparados aos riscos sistêmicos associados ao agravamento da tensão sino-americana, entre eles a expansão do uso da política de força e a reinstauração de uma era comercial fechada, inspirada no século XIX.

Por isso, é imperativo revisar a origem da priorização estratégica da China pelos Estados Unidos. Afinal, toda análise contemporânea das relações internacionais opera, explícita ou implicitamente, com uma hipótese sobre a origem dessa competição e estima, a partir desse âmago, o comportamento provável da Casa Branca e, logo, as perspectivas para a ordem internacional vindoura.

Este texto apresenta uma síntese dos resultados da minha [tese de doutorado](#) *Pivô para a China: as ideias dos assessores de George W. Bush e a reorientação paciente da Grande Estratégia dos Estados Unidos*. O argumento central contraria a maior parte da literatura acadêmica e jornalística: a Grande Estratégia de Washington, visando a prevalecer competitivamente perante a China não foi concebida na década de 2010, mas ao final da década de 1990 por estrategistas que iriam integrar o governo George W. Bush. Essa estratégia passou a ser implementada de forma discreta, porém consistente, desde 2001, sendo o seu escopo geográfico não apenas o Leste Asiático, mas todo o Leste da Eurásia e sua periferia oceânica, inclusive o Golfo Pérsico.

### **A leitura dominante do pivô: Obama e Trump como fundadores**

A interpretação dominante sobre a origem dessa nova estratégia é que ela surgiu na década passada, como uma reação tardia de Washington à assertividade chinesa nos campos militar, tecnológico e comercial. O marco inaugural da mudança seria o anúncio formal do Pivô para a Ásia (*Pivot to Asia*) pelo governo Obama, em 2011, ou, alternativamente, a guerra comercial contra a China deflagrada pelo primeiro governo Trump. Somente a partir desse período a Casa Branca teria abandonado as ilusões sobre integração econômica e convergência política que estariam orientando a sua política externa para Pequim.

Essa interpretação incorre em dois vícios analíticos frequentes. O primeiro é o conjunturalismo, isto é, a ênfase exclusiva no tempo curto, que sobrevaloriza anúncios presidenciais, crises dramáticas e mudanças na política declaratória como os indicadores determinantes da Grande Estratégia. O segundo é a fragmentação disciplinar do conhecimento, que isola economia, segurança e diplomacia em esferas analíticas independentes, impedindo a identificação de padrões coordenados. Esses vícios se expressam na desvalorização da história

---

<sup>1</sup> **Mateus de Paula Narciso Rocha** é doutor em Ciências Sociais e mestre em Relações Internacionais. É analista na Casa Civil da Presidência da República e pesquisador associado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e do Núcleo de Pesquisa em Inteligência (NUPI) da Escola Brasileira de Inteligência. Os juízos deste texto são de responsabilidade exclusiva do autor. Contato: [mateusdepaula@outlook.com](mailto:mateusdepaula@outlook.com).

e na leitura unidimensional do comportamento estatal e levam a Grande Estratégia a ser reduzida, erroneamente, à política externa de cada administração.

Diferentemente da política externa, a Grande Estratégia é caracterizada pela coordenação duradoura de múltiplas arenas – militar, econômica, diplomática e tecnológica – em torno de um princípio organizador relativamente estável. Trata-se, ainda, de um fenômeno deliberadamente opaco, em decorrência do interesse dos decisores nacionais no sigilo nas altas questões de Estado. É esse interesse que gera a retórica insincera, o silêncio calculado e, logo, a escassez de documentos públicos que revelem explicitamente a Grande Estratégia.

Por essa razão, a Grande Estratégia se manifesta, sobretudo, em padrões persistentes de decisão que tendem a sobreviver a mudanças de governo e de retórica. Ao privilegiar declarações públicas, horizontes temporais curtos e recortes setoriais, a leitura dominante sobre o pivô foi incapaz de perceber a estratégia silenciosa contra a China que antecedeu e direcionou os governos de Obama e Trump.

### **O avanço de Nina Silove: o pivô silencioso de George W. Bush**

A acadêmica australiana Nina Silove deu um passo decisivo na superação da leitura dominante em seu trabalho seminal [The Pivot before the Pivot](#) (2016). Contrariando a interpretação que atribui a Obama a fundação da reorientação estratégica para a Ásia, ela argumentou que esse movimento teve início no governo W. Bush, de forma deliberadamente silenciosa, ainda no começo da década de 2000.

A partir da análise dos arquivos do ex-secretário de defesa Donald Rumsfeld, Silove evidenciou que a administração Bush promoveu, sobretudo no Departamento de Defesa, uma elevação substantiva da Ásia na hierarquia de prioridades estratégicas. Esse processo envolveu a reconfiguração da postura militar global dos Estados Unidos, a reforma da arquitetura regional de alianças e o início de um reposicionamento voltado para um competidor de longo prazo, raramente mencionado em público, mas cada vez mais central ao planejamento estratégico.

Entre 2001 e 2006, essa reorientação se materializou em decisões estruturantes: a expansão das capacidades militares em territórios próximos ao Leste Asiático, como Guam; o fortalecimento da interoperabilidade militar entre aliados-chave, como Japão e Austrália; a aproximação estratégica com a Índia; e o desenvolvimento de doutrinas voltadas para enfrentar capacidades chinesas de negação de área (*anti-access/area denial*).

Silove demonstra que tais medidas não foram episódicas nem reativas, mas articuladas às deliberações burocráticas de alto nível iniciadas em 2001, particularmente no âmbito do *Office of Net Assessment* (ONA) do Pentágono, sob a liderança de Andrew Marshall. Esse processo foi consolidado, desde 2004, por meio da coordenação interagências no Conselho de Segurança Nacional com a *Asia Strategy*. Como reconheceu um funcionário do Departamento de Estado à época, o reposicionamento da força militar americana já não era orientado para a Rússia, mas para outro competidor estratégico de longo prazo.

Ao identificar esse pivô silencioso, Silove deslocou o marco temporal da reorientação estratégica dos Estados Unidos e demonstrou que o anúncio público do pivô pelo governo Obama funcionou mais como rotulagem política de processos em curso do que como inflexão fundadora da Grande Estratégia americana.

A revisão de Silove também demonstra a dificuldade da análise da Grande Estratégia. Ela se assemelha à recomposição de um quebra-cabeças no qual as peças decisivas – ideias orientadoras, decisões burocráticas, investimentos materiais e padrões institucionais duradouros – raramente estão reunidas em um único documento ou momento. Em razão do caráter complexo e deliberadamente opaco da Grande Estratégia, as declarações explícitas de intenção são raras, as lacunas e peças falsas são comuns, de modo que os fragmentos dispersos ganham sentido apenas quando articulados retrospectivamente.

### **A peça ausente: o Sinocentrismo Estratégico dos assessores de W. Bush**

Apesar de seus méritos, a interpretação de Silove não identificou a essência do pivô. Ao situar suas origens intelectuais em 2001 – na demanda formal do secretário de Defesa Rumsfeld por uma nova estratégia para Marshall –, a autora não considerou que o diagnóstico estratégico fundamental já estivesse formulado, em linhas gerais, antes desse momento.

O diagnóstico subjacente ao pivô asiático emergiu ao final da década de 1990, em resposta a dois processos convergentes: o declínio do poder russo no pós-Guerra Fria e a Crise do Estreito de Taiwan de 1995/96, a qual chegou a envolver planejamentos de guerra por parte de Washington e Pequim. Em meio à ascensão econômica da China e a tensões reiteradas, essa crise marcou o fim da indefinição do cenário estratégico do pós-Guerra Fria para os mais influentes estrategistas de defesa de Washington. Eles concluíram que a China – e não a Rússia – era a “competidora estratégica” (*peer competitor*), a real ameaça à preponderância americana sobre o sistema internacional no longo prazo.

Esse diagnóstico compartilhado constitui o que denominamos de **sinocentrismo estratégico**, a ideia de que o princípio organizador do horizonte de longo prazo de Washington é a China, a qual orientou decisões militares, econômicas e geopolíticas. Trata-se de uma mudança de era no planejamento estratégico dos Estados Unidos que enterrou o “russocentrismo estratégico”, que havia conduzido o planejamento de Washington na Guerra Fria, bem como dissipou a “opacidade estratégica” dos primeiros anos após o fim da União Soviética em 1991.

Tal diagnóstico foi elaborado por uma influente comunidade epistêmica de Washington que, embora afastada do poder durante o governo Clinton, detinha hegemonia no pensamento republicano e formaria, anos depois, o núcleo dos assessores de alto nível do governo W. Bush. Entre esses estrategistas destacavam-se Andrew Marshall, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld, Aaron Friedberg e Zalmay Khalilzad.

O sinocentrismo estratégico foi expresso, de forma implícita ou explícita, em documentos e intervenções públicas deles no período. O relatório bipartidário da *Commission on America's National Interests* de 1996 concluiu que: “Nossa resposta à ordem que está sendo moldada pela China é a questão central, o teste crucial, para uma política americana baseada no interesse nacional, tanto agora quanto no futuro previsível”. No mesmo período, Wolfowitz sustentava que o eixo do poder global se deslocava para a Ásia e para a China, sinalizando, inclusive, o interesse em uma parceria tática com a Rússia frente ao novo rival.

Esses atores, porém, não aguardaram a chegada à Casa Branca para avançar os projetos articulados a esse diagnóstico. Pouco após a derrota na eleição presidencial de 1996, os futuros assessores de W. Bush implementaram o que se pode chamar de “pivô dos fracos”,

atuando na opinião pública, no Congresso e no convencimento de especialistas em política externa em favor de uma agenda antagônica à aprovada pelos eleitores na reeleição de Clinton. Eles fundaram o grupo de pressão *Project for a New American Century* (PNAC), cujo documento *Rebuilding America's Defenses* (2000) defendia explicitamente que o foco da competição estratégica no século XXI deveria ser o Leste da Ásia.

**Capas de alguns dos documentos que expressam o sinocentrismo estratégico**



**Tabela síntese presente no documento “Rebuilding America’s Defenses”**

	<b>Cold War</b>	<b>21<sup>st</sup> Century</b>
<b>Security system</b>	Bipolar	Unipolar
<b>Strategic goal</b>	Contain Soviet Union	Preserve <i>Pax Americana</i>
<b>Main military mission(s)</b>	Deter Soviet expansionism	Secure and expand zones of democratic peace; deter rise of new great-power competitor; defend key regions; exploit transformation of war
<b>Main military threat(s)</b>	Potential global war across many theaters	Potential theater wars spread across globe
<b>Focus of strategic competition</b>	Europe	East Asia

O estudo das ideias desses estrategistas antes de sua chegada ao poder revela que a essência do “pivô asiático” sempre foi, desde a origem, o diagnóstico da necessidade de um “pivô para a China”, ainda que eles tenham evitado essa caracterização explícita. Assim, quando eles assumiram o governo em 2001, não buscavam uma estratégia, como pressupôs Silove, mas passavam a dispor dos instrumentos estatais para implementar uma orientação já concebida e iniciada de modo indireto. Em termos históricos, a atuação desse grupo cumpriu, nas condições do Estado e da sociedade americana contemporâneos, um papel funcional análogo ao de George F. Kennan na competição contra a União Soviética. O teatro dessa reorientação, inclusive, jamais se restringiu ao Leste da Ásia.

### O grande teatro anfíbio do Pivô: o Leste da Eurásia e sua periferia oceânica

Se o núcleo dessa Grande Estratégia concebida era a China, seu teatro geográfico não poderia ser compreendido a partir de recortes regionais estanques, implícitos na noção de “Pivô para a Ásia”. O espaço estratégico relevante não se limitava à Ásia-Pacífico, mas correspondia a uma macroregião integrada, definida pelas exigências da prevalência competitiva frente à ascensão chinesa.

O escopo do palco principal dessa competição era o Leste da Eurásia e sua periferia oceânica, concebidos como um único tabuleiro estratégico. Essa formulação foi explicitada pelo estrategista Aaron Friedberg, que, em um texto de 2000, sustentou que o controle da ascensão da China exigia uma política dos Estados Unidos não para o Leste Asiático ou outra região isoladamente, mas para “toda a metade oriental da massa terrestre da Eurásia e sua periferia oceânica”. Discípulo direto de Andrew Marshall, Friedberg viria a integrar, poucos anos depois, o Conselho de Segurança Nacional do vice-presidente Dick Cheney.



Essa ampliação do teatro decorria diretamente do sinocentrismo estratégico e de uma avaliação pragmática do balanço regional de poder. Dada a magnitude territorial, populacional e econômica da China, estrategistas como Friedberg consideravam quase inevitável o retorno da predominância chinesa, no longo prazo, no Leste Asiático. Os Estados Unidos, portanto, não deviam disputar esse “jogo perdido”, mas expandir o escopo espacial da competição. A lógica subjacente à ampliação do escopo era o princípio clássico atribuído a Eisenhower: “... se você não pode solucionar um problema, aumente-o”.


A prevalência competitiva dos Estados Unidos seria buscada, portanto, não no confronto direto pelo controle de uma Ásia estritamente definida, mas no predomínio sobre o teatro estratégico anfíbio mais vasto. Esse teatro conecta particularmente o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, o Oceano Índico, o Estreito de Malaca e os mares do Sul e do Leste da China, formando uma estrutura contínua por onde transitam os fluxos energéticos, comerciais e militares vitais para a ascensão chinesa. Trata-se de um espaço, no qual o poder naval, a projeção anfíbia e a presença em pontos de estrangulamento marítimo assumem centralidade estratégica, deslocando o eixo clássico da contenção territorial da Guerra Fria para uma lógica de controle indireto de rotas, acessos e nós críticos.

Os projetos informais conduzidos pelos assessores de W. Bush entre 1997 e 2000 já refletiam essa concepção ampliada. Nesse período, eles promoveram uma releitura estratégica de países-chave, como Índia, Japão e Austrália, que deixaram de ser percebidos por lentes setoriais e passaram a ser concebidos como peças centrais da competição de longo prazo com a China. Essa leitura transbordou gradualmente esses círculos e influenciou formuladores do governo Clinton ao longo do seu segundo mandato.

O Japão deixou de ser lido prioritariamente como rival econômico e passou a ser concebido como aliado estratégico central, em analogia explícita com a Grã-Bretanha, conforme formulado no *Armitage-Nye Report* de 2000. A Índia, apesar de seus testes nucleares e da não adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, foi progressivamente reinterpretada como contrapeso estratégico à China. A Austrália, aliada tradicional, teve sua relevância ampliada em função de sua capacidade de projetar poder simultaneamente no Índico e no Pacífico, complexificando os cálculos estratégicos chineses. Em 2000, após reunião com Andrew Marshall, Rumsfeld sintetizou essa orientação ao registrar que os Estados Unidos deveriam aprofundar suas relações com a Índia e a Austrália.

Essa concepção integrada do teatro estratégico está implícita no memorando secreto de Andrew Marshall intitulado *Near Term Actions to Begin a Shift of Focus toward Asia* (2002). O documento, que pode ser considerado o marco formal do pivô, recomendava explicitamente o redesenho dos limites entre do Comando Central (CENTCOM) e do Comando do Pacífico (PACOM), de modo a refletir a China como principal competidora estratégica de longo prazo. Tal recomendação evidencia que, enquanto na retórica pública os assessores operavam com regiões apartadas, no planejamento estratégico eles trabalhavam com um tabuleiro eurasiático integrado.

## O memorando de Marshall sobre a reorientação de 2002



**OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE**  
1920 DEFENSE PENTAGON  
WASHINGTON, DC 20301-1920

**DIRECTOR OF NET ASSESSMENT**

additional SSNs, possibly SSGNs, long-range bombers, air tankers, and significant quantities of mines to Guam

- Direct the Services to plan for the types of military challenges a malevolent China may pose over the long-term, and incorporate these into Service and Joint wargames, training and exercise programs, including routine wide-area USN-USAF-special forces exercises.

2 May 2002

MEMORANDUM FOR SECRETARY OF DEFENSE

FROM ANDY MARSHALL

SUBJECT: Near Term Actions to Begin Shift of Focus Towards Asia

Our defense strategy includes some redirection of attention within DoD towards Asia. A strategy for the Asia-Pacific region has been drafted and used to develop a list of near-term actions that could be taken over the next couple of years to put in place the initial phase of such a long-term shift in focus:

Candidate moves and associated diplomatic actions

- Australia: start negotiations to base selected US forces in Australian Northern Territories and expand US and regional states use of Australian training ranges
- Singapore: start negotiations for increased use of facilities, and (if feasible) homeporting of a few naval units
- India: increase port visits, and initiate program of mil-to-mil interactions; initiate joint planning for contingency of loss of control of nuclear weapons in Pakistan
- "Stans": continue developing selected infrastructure that could facilitate rapid introduction and sustainment of US forces, if required; help train and develop defensive capabilities of "Stan" military forces
- Iraq: Initiate planning now for a post-war, treaty-based US basing structure that will support rapid and sustainable US regional intervention both in the Gulf region and in Central Asia.

Supporting actions




- Initiate planning for a major expansion of basing infrastructure in Guam, and possible improvement, in Pearl Harbor infrastructure
- Initiate budget, personnel, and O&M planning to support gradual shifting of a CVBG and ARG from the Atlantic Fleet to Guam. Ditto for shifting

Organizational actions

- For next UCP change (GWOT permitting), redraw CENTCOM/PACOM boundaries to reflect China as principle long-term strategic competitor
- Rationalize bureaucratic (OSD, JCS, UCP) management of Asian strategy to eliminate inconsistencies in regional boundaries
- Initiate planning to stand up 3-star level Standing JTF with robust planning staff responsible for contingency planning and conducting actual operations in the event of hostilities with China outside of Korea. Could locate in Singapore
- Initiate planning to stand up 3-star level Standing JTF in post-war Iraq, with a primary collateral duty of contingency planning to provide logistical support for operations in Central Asia
- Increase the focus on China, Asia-related scenarios in Service and Joint wargaming; ask for SECDEF opportunity to review scenarios in key wargames such as Title X games
- Refocus the Asia-Pacific Center in Honolulu as a new Asia Study Center and make it the leading center of multi-disciplinary study of Asia, particularly China, within DoD. Dual purpose to conduct top-notch research and analysis and preparation of future senior military and civilian leaders for duty in Asia-related assignments.

Personnel related actions

- Direct major increase in emphasis on Asian security environment and associated military operational problems in War College curricula
- Expand investment in selected Asian linguistic and regional expertise
- Develop career specialties in selected Asia-related areas in both intelligence and line communities
- Direct Service Secretaries to insert language into promotion board precepts to ensure promotability to senior grades of officers with Asia-related expertise



É a partir desse grande teatro anfíbio – e não de uma leitura fragmentada da geopolítica – e das vulnerabilidades estruturais da China que se torna possível reinterpretar o principal projeto dos assessores de W. Bush desde 1997: a mudança de regime no Iraque.

### A conquista de posição no Golfo: a falsa dicotomia da Guerra do Iraque

A Guerra do Iraque de 2003 é quase invariavelmente interpretada como uma “distração estratégica” decorrente da Guerra do Terror – um erro de cálculo que teria absorvido recursos políticos e militares, gerando um suposto “sonambulismo” diante da ascensão chinesa. Essa leitura foi consagrada, inclusive, no artigo de Hillary Clinton de 2011, ao anunciar o pivô asiático: “O futuro da geopolítica vai ser definido na Ásia, não no Afeganistão ou no Iraque ...”.

Tal interpretação repousa, porém, sobre uma falsa dicotomia analítica que separa o Oriente Médio do teatro asiático, separação que inexistia para os estrategistas do círculo de Andrew Marshall. Inserida no teatro do “Leste da Eurásia e sua periferia oceânica”, sobretudo no Golfo Pérsico, a invasão do Iraque deixa de ser percebida como um desvio e se revela como uma operação de “conquista de posição”, visando ao constrangimento estrutural de um rival sistêmico.

O fundamento dessa leitura reside em uma assimetria estrutural decisiva em relação à Guerra Fria: a China não dispõe de reservas energéticas internas comparáveis às da União Soviética. Já em 1995, Zalmay Khalilzad destacava que o Golfo concentrava cerca de 60% das reservas provadas de petróleo do mundo e que a dependência

chinesa desse petróleo tenderia a crescer, com profundas consequências geopolíticas. Para Khalilzad, em decorrência do papel do petróleo na economia e na guerra, o Golfo era uma região crítica (*critical region*) para os Estados Unidos, a qual ficou ainda mais estratégica após o fim da Guerra Fria. Atualmente, mais de 70% do petróleo consumido pela China é importado, e aproximadamente metade provém do Golfo Pérsico, transitando por rotas longas e vulneráveis, como os estreitos de Ormuz e de Malaca.

**Mapa do Pentágono no documento “Military Power of the People’s Republic of China 2006”**



**Figure 8. China's Critical Sea Lines of Communication.**

*Note: In 2004, over 80 percent of Chinese crude oil imports transited the Straits of Malacca, with less than 2 percent transiting the Straits of Lombok.*

A leitura da Guerra do Iraque como operação de “conquista de posição” decorre do método de planejamento estratégico desenvolvido por Andrew Marshall no ONA, o qual fundamenta a análise anterior de Khalilzad. Em seus trabalhos sobre competição de longo prazo, Marshall sustentava que disputas entre grandes potências deveriam ser analisadas em horizontes de 20 a 30 anos, com foco na acumulação gradual de posições estratégicas duráveis, e não em ganhos táticos imediatos. Ele explicitamente indicava que o planejamento de defesa requer um oponente concreto e que deve conhecer e explorar as vulnerabilidades estruturais do adversário.

No memorando de 2002, Marshall recomendou a instalação de bases militares permanentes no Iraque do pós-guerra, concebidas para dar suporte a operações rápidas e sustentáveis no Golfo e na Ásia Central. Essa presença não era tratada, portanto, como resposta tática à Guerra ao Terror, mas como infraestrutura estratégica de longo prazo

destinada a ampliar a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos sobre regiões adjacentes críticas, como as rotas energéticas críticas da Eurásia. A sugestão é acompanhada da recomendação de redesenhar as áreas de responsabilidade do CENTCOM e do PACOM, de modo a refletir a China como principal competidora estratégica de longo prazo. A combinação dessas recomendações deixa claro que o Iraque e o Golfo Pérsico não eram concebidos isoladamente, mas como parte de teatro estratégico mais amplo – o Leste da Eurásia e sua periferia oceânica –, o que torna analiticamente limitadas as leituras baseadas em geografias regionais apartadas.

Esse memorando deve ser lido à luz da concepção recorrente de Marshall sobre a competição estratégica de longo prazo. Ele afirmava que, em disputas entre grandes potências, deve-se atuar como um jogador profissional de xadrez, que não tenta vencer ou “comer peças” do adversário a todo momento, mas sim conquistar as casas que ampliam suas opções futuras e restringem as do adversário. Nessa lógica, decisões estratégicas relevantes não são avaliadas por seus resultados táticos imediatos, mas por sua contribuição para a posição relativa ao longo do tempo. É nesse sentido que a Guerra do Iraque foi concebida não como um desvio conjuntural em relação à China, mas como a aquisição de uma posição estratégica fundamental, cujo valor reside em sua utilidade no grande jogo de longo prazo contra a China.



Um reforço empírico adicional a essa interpretação é fornecido pelo jornalista investigativo Robert Dreyfuss, a partir de suas investigações sobre o entorno decisório do vice-presidente Dick Cheney, o principal operador da Guerra do Iraque e um admirador declarado de Marshall. Dreyfuss identificou que a reorganização do Oriente Médio – e, em particular, a Guerra do Iraque – era concebida pelo núcleo de Cheney como parte de um tabuleiro geopolítico mais amplo, no qual segurança energética, controle do Golfo e ascensão da China eram interligados. Ele revela a mesma conexão estrutural entre Iraque, Golfo Pérsico e competição sino-americana identificada na análise de ideias dos assessores de W. Bush.

A guerra, portanto, não foi travada *contra* a China, mas para o tabuleiro estratégico da China. Ao consolidar a presença militar no coração do Golfo, os Estados Unidos ampliavam sua capacidade de controlar, e possivelmente negar, os fluxos energéticos indispensáveis à economia chinesa, ao mesmo tempo em que reforçavam sua posição frente ao Irã e a contingências na Arábia Saudita, atores-chave do ponto de vista energético e geopolítico.

Portanto, a dicotomia entre a Guerra do Iraque e o pivô estratégico para a China é falsa. O governo W. Bush não estava em “sonambulismo estratégico” perante a China em decorrência do Oriente Médio e de atentados terroristas; estava “conquistando posições” para esse grande jogo de longo prazo. Ainda que também encapsulasse outras lógicas, a mudança de regime no Iraque foi concebida primordialmente como parte do sinocentrismo estratégico e, por isso, ocupou desde sempre lugar central no projeto do PNAC.

### **Sinocentrismo estratégico e comunidade de negócios**

A implementação explícita e integral do pivô foi retardada por um fator doméstico chave: a resistência estrutural da comunidade de negócios e de Wall Street, profundamente comprometidas com a integração econômica sino-americana, evidenciada na ampla coalizão doméstica de apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2000.

Esse constrangimento produziu a dissociação deliberada entre retórica e ação estratégica, na qual o discurso oficial preservava uma linguagem de cooperação e engajamento com Pequim, ao passo que projetos estruturais de longo prazo voltados à prevalência competitiva frente à China avançavam silenciosamente, sobretudo nos campos militar, geopolítico e energético. Essa dissociação também refletiu um cálculo político consciente dos assessores de W. Bush que evitaram desde sempre o confronto aberto com os interesses do grande capital americano, ainda fortemente ancorado nos ganhos da integração econômica sino-americana. Na carta de princípios do PNAC de 1997, a referência à China é exclusivamente indireta: “A promessa de benefícios comerciais de curto prazo ameaça se sobrepor às considerações estratégicas. Em consequência, comprometemos a capacidade da nação de responder às ameaças atuais e de enfrentar desafios potencialmente mais graves no futuro”.

Nesse contexto, o sinocentrismo estratégico foi transposto apenas parcialmente para a política externa ostensiva dos Estados Unidos. No interior do aparato estatal, especialmente no Departamento de Defesa de W. Bush, a China já era tratada como competidora sistêmica de longo prazo, enquanto a política comercial permanecia relativamente insulada dessa leitura adversarial. A comunidade de negócios funcionava, assim, como

um dique protetor que limitava a visibilidade e a integralidade da nova Grande Estratégia, sem, contudo, revertê-la ou bloqueá-la.

Esse constrangimento doméstico começou a se dissolver à medida que a ascensão produtiva da China passou a corroer os interesses materiais que sustentavam a coalizão pró-China nos Estados Unidos. A partir da segunda metade da década de 2000, e sobretudo após a crise financeira de 2008, grandes corporações passaram a perceber a China não mais como plataforma complementar, mas como concorrente estrutural capaz de desafiar posições oligopolistas e vantagens tecnológicas sensíveis.

O resultado foi a convergência gradual entre o diagnóstico estratégico, consolidado desde o final da década de 1990, e a política externa ostensiva adotada a partir do governo Obama e radicalizada sob Trump. O atual consenso bipartidário em torno da competição com a China expressa, assim, a remoção tardia de constrangimentos domésticos que haviam limitado, por anos, a manifestação pública de uma Grande Estratégia já profundamente enraizada nas burocracias civis e militares.

### A Guerra Paciente entre os Estados Unidos e a China

É a partir dessa recomposição analítica que se torna possível reler a política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria e identificar a competição contra a China como a ideia-força subjacente à reorientação estratégica americana, cujas raízes intelectuais remontam a debates internos ocorridos na década de 1990, dos quais só temos acesso a alguns de seus fragmentos.

A tabela a seguir sintetiza três leituras concorrentes sobre o pivô estratégico dos Estados Unidos. Enquanto as duas primeiras o concebem como reação conjuntural ou deliberação burocrática, a nossa interpreta-o como a institucionalização gradual de um princípio estratégico formulado antes do exercício do poder.

Conceito	Pivô para a Ásia	Reorientação asiática (Silove)	Pivô para a China
Início	2011	2001	1996/97
Evento formador	Esgotamento da Guerra do Terror e redução orçamentária na defesa	Orientação presidencial de nova estratégia de defesa, e subsequente demanda de Rumsfeld para Marshall	Declínio da Rússia, ascensão econômica da China e crise do Estreito de Taiwan (1995/96)
Ator central	Presidente e alta diplomacia	<i>Policymakers</i> de W. Bush	Estrategistas do Pentágono, sobretudo, o círculo de Andrew Marshall
Lógica	Reação à ascensão e à assertividade da China	Deliberação burocrática e reposicionamento militar progressivo	Antecipação competitiva frente a um rival sistêmico de longo prazo

<b>Constrangimento</b>	Prioridade ao Oriente Médio e à Guerra ao Terror	Conflito entre prioridades estratégicas concorrentes – especialmente Iraque e Afeganistão – que limitou a visibilidade e a coerência pública da reorientação	Comunidade de negócios pró-China e derrota na eleição de 1996
<b>Foco</b>	Balanceamento tradicional de poder	Balanceamento tradicional de poder a partir de reorientação gradual	Prevalência competitiva no longo prazo; predomínio sobre a rota marítima energética crítica para a China
<b>Escopo geográfico</b>	Leste da Ásia / Ásia-Pacífico	Leste da Ásia	Leste da Eurásia e sua periferia oceânica
<b>Guerra do Iraque</b>	Dissociada do pivô, distração estratégica	Dissociada do pivô, foi custo de oportunidade	Associada ao pivô, como conquista de posição geoestratégica no Golfo para constranger a ascensão da China
<b>Conceito-chave</b>	Equilíbrio de poder	Grande comportamento e reorientação estratégica silenciosa	Sinocentrismo estratégico e estratégias competitivas de longo prazo (Andrew Marshall)

### As três interpretações do pivô

A datação adequada da origem intelectual do pivô permite identificar os arquitetos e as ideias-força desta orientação, desvelando o âmago desta Grande Estratégia: o Pivô para a China. O erro de datação levou Silove a não perceber o amplo escopo geográfico da nova Grande Estratégia dos Estados Unidos, a não identificar projetos centrais desse pivô, e a inferir equivocadamente o interesse em balanceamento tradicional por parte de Washington. O pensamento de Marshall e seus associados é muitas coisas, exceto tradicional. Suas ideias estão mais próximas do revisionismo hegemônico antecipatório que caracterizamos anteriormente como [Doutrina Cronos](#).

Ao recuperar as ideias do núcleo de Marshall e interpretar a Guerra do Iraque como projeto do sinocentrismo estratégico, a estimativa sobre os interesses e comportamentos futuros de Washington de altera de modo substantivo. Em vez de um balanceamento clássico, emerge uma lógica mais próxima da imposição externa de força, da manipulação do debate doméstico e da ocultação deliberada de intenções. A leitura atenta desse pensamento sugere a alta probabilidade de uma ordem internacional cada vez mais assimétrica, com riscos elevados para a soberania de Estados mais fracos.

Em suma, não se trata de uma política temporária de governo, mas de uma orientação de Estado. O rótulo amorfo de “Guerra Fria” é inadequado para caracterizar a competição entre os Estados Unidos e a China. O que se observa, antes de tudo, é uma disputa estratégica de longo prazo – uma “Guerra Paciente” – entre dois Estados capazes de

conceber e implementar Grande Estratégia, rivalidade iniciada antes do século XXI e provavelmente destinada a ultrapassá-lo.

\* Este conteúdo não reflete, necessariamente, a opinião do [OPEU](#), ou do [INCT-INEU](#).

\*\* Sobre o OPEU, ou para contribuir com artigos, entrar em contato com a editora do OPEU, Tatiana Teixeira, no *e-mail*: [tatianat19@hotmail.com](mailto:tatianat19@hotmail.com). Sobre as nossas *newsletters*, para atendimento à imprensa, ou outros assuntos, entrar em contato com Tatiana Carlotti, no *e-mail*: [tcarlotti@gmail.com](mailto:tcarlotti@gmail.com).

Siga o [OPEU](#) no [Instagram](#), [Twitter](#), [Linkedin](#) e [Facebook](#)  
e acompanhe nossas postagens diárias.  
Comente, compartilhe, envie sugestões,  
faça parte da nossa comunidade.  
Somos um observatório de pesquisa sobre os EUA,  
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.